

**QUESTÕES NORMATIVAS NA DEFINIÇÃO DA CATEGORIA VERBO EM
GRAMÁTICAS BRASILEIRAS E SEU ENSINO: UMA REVISÃO
CONCEITUAL NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

***NORMATIVE ISSUES IN THE DEFINITION OF THE VERB CATEGORY IN
BRAZILIAN GRAMMAR AND ITS TEACHING: A CONCEPTUAL REVIEW
FROM A FUNCTIONALIST PERSPECTIVE***

***CUESTIONES NORMATIVAS EN LA DEFINICIÓN DE LA CATEGORÍA
VERBO EN LA GRAMÁTICA BRASILEÑA Y SU ENSEÑANZA: UNA
REVISIÓN CONCEPTUAL DESDE UNA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA***

Sheila Fabiana de Pontes Casado.
Sheilacasado29@hotmail.com
Doutoranda em Linguagem e Ensino
Universidade Federal de Campina Grande

Edmilson Luiz Rafael.
eluzrafael@gmail.com
Doutor em Linguística Aplicada
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Na esteira de pesquisas que tratam o ensino de gramática numa perspectiva de funcionalidade, analisamos neste artigo, algumas questões normativas envolvendo as definições da categoria verbo apresentadas em gramáticas brasileiras. Objetivamos explicitar os problemas normativos relacionados às bases de conceptualização da categoria verbo, verificados nas gramáticas escolares e evidenciados no ensino, baseando-se nos princípios da Gramática Funcional no trato didático-conceitual à categoria. A pesquisa foi organizada a partir da análise das gramáticas de Cunha e Cintra (2017), Cegalla (2010) e Bechara (2009), das quais recortamos o *corpus* categoria verbo, dos documentos para o estudo, bem como a partir de questionário realizado com professores. Para tanto, fundamentamo-nos nos postulados teórico-metodológicos da Linguística Funcional nos termos de Neves (1994), Faraco (2015) e Oliveira (2021); pela natureza multissistêmica da língua, Votre e Naro

(2012) argumentam a favor de uma conciliação entre o formal e o funcional. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada como bibliográfica e classificada como descritiva. Para catalogar as questões normativas partimos de algumas considerações, a saber: a natureza descritiva e prescritiva da gramática tradicional (GT); de seu aparato categorial e conceitual fixo; da necessidade de uma revisão conceitual que reflita as mudanças linguísticas; e, de uma perspectiva de sistematização reflexiva. A narrativa deságua na compreensão de que os conceitos apresentados nos compêndios gramaticais não acompanharam as mudanças linguísticas ocorridas no português brasileiro e que, portanto, emerge a necessidade de uma descrição da classe de palavras que reflita os usos reais da língua, bem como a necessidade de uma política de formação linguística que subsidie a prática docente efetivamente.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras. Questões normativas. Categoria verbo. Ensino.

ABSTRACT

In the wake of research dealing with grammar teaching from a functionality perspective, this article analyzes some normative issues involving the definitions of the verb category presented in Brazilian grammars. We aimed to explain the normative problems related to the bases of conceptualization of the verb category verified in school grammars and evidenced in teaching, considering the principles of Functional Grammar in the didactic-conceptual treatment of the category. The research was organized from the analysis of the grammars of Cunha e Cintra (2017) Cegalla (2010) e Bechara (2009) from which we selected the corpus, verb category, from the documents for the study, as well as from a questionnaire carried out with teachers. To do so, we base ourselves on the theoretical-methodological postulates of Functional Linguistics in terms of Neves (1994), Faraco (2015) e Oliveira (2021) and due to the multisystemic nature of the language, Votre and Naro (2012) argue in favor of a conciliation between the formal and the functional. This is a qualitative research, characterized as bibliographical and classified as descriptive. To catalog normative issues, we start from some considerations, namely: the descriptive and prescriptive nature of traditional grammar (TG); of its fixed categorial and conceptual apparatus; the need for a conceptual revision that reflects language changes; and, from a perspective of reflective systematization. The narrative leads to the understanding that the concepts presented in the grammatical compendiums did not follow the linguistic changes that occurred in Brazilian Portuguese and that, therefore, the need for a description of the class of words that reflects the real uses of the language, as well as the need to a language training policy that effectively subsidizes teaching practice.

Keywords: Brazilian grammars. Regulatory issues. Verb category. Teaching.

RESUMEN

A raíz de una investigación que trata sobre la enseñanza de la gramática desde la perspectiva de la funcionalidad, este artículo analiza algunas cuestiones normativas que involucran las definiciones de la categoría verbal presentadas en las gramáticas brasileñas. Nuestro objetivo fue explicar los problemas normativos relacionados con las bases de conceptualización de la categoría verbal verificados en las gramáticas escolares y evidenciados en la enseñanza, considerando los principios de la Gramática Funcional en el tratamiento didáctico-conceptual de la categoría. La investigación se organizó a partir del análisis de las gramáticas de Cunha e Cintra (2017) Cegalla (2010) e Bechara (2009) de las cuales seleccionamos el corpus, categoría verbal, de los documentos para el estudio, así como de un cuestionario realizado fuera con los profesores. Para ello, nos basamos en los postulados teórico-metodológicos de la Lingüística Funcional en términos de Neves (1994), Faraco (2015) e Oliveira (2021) y debido al carácter multisistémico del lenguaje, argumentan Votre y Naro (2012) en favor de una conciliación entre lo formal y lo funcional. Se trata de una investigación cualitativa, caracterizada como bibliográfica y clasificada como descriptiva. Para catalogar las cuestiones normativas, partimos de algunas consideraciones, a saber: el carácter descriptivo y prescriptivo de la gramática tradicional (TG); de su fijo aparato categorial y conceptual; la necesidad de una revisión conceptual que refleje los cambios de lenguaje; y, desde una perspectiva de sistematización reflexiva. La narrativa conduce a la comprensión de que los conceptos presentados en los compendios gramaticales no siguieron los cambios lingüísticos ocurridos en el portugués brasileño y que, por lo tanto, la necesidad de una descripción de la clase de palabras que refleje los usos reales de la lengua, como así como la necesidad de una política de formación en idiomas que subvencione efectivamente la práctica docente.

Palabras clave: Gramáticas brasileñas. Asuntos reglamentarios. Categoría de verbo. Enseñando.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa estabelecer uma comunicação entre as contribuições de estudos voltados ao ensino de gramática e algumas questões teóricas que

envolvem modelos pedagógicos, bem como sobre a dimensão dos aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos dos estudos gramaticais no Brasil (POSSENTI, 1996; TRAVAGLIA, 2009; FERRAREZI JR., 2014; BASSO; OLIVERA, 2014; FARACO, 2015; CASTILHO, 2015; VIEIRA, 2018 e outros.)

Inicialmente, mostra-se necessário ponderar que, na esfera científica, existem correntes teóricas que se propõem a explicar os fenômenos. Na área da Linguística, as principais correntes são o estruturalismo e o funcionalismo (NEVES, 1994). No entanto, quando o assunto é ensino de gramática, o estruturalismo destaca-se, sobretudo, no tocante ao aparato categorial e conceitual das classes de palavras. Contudo, é notório que o ensino de língua portuguesa (doravante, LP) acolhe muitas contribuições advindas dos subsídios teóricos produzidos no campo dos estudos linguísticos, fundamentando as práticas de compreensão dos recursos tanto em bases de natureza estrutural quanto funcional.

Historicamente, o ensino de gramática concretiza-se fundamentado na transmissão de um modelo linguístico, a norma-padrão ideal, objetivando o ensino das normas e da nomenclatura, sem haver reflexão acerca do padrão linguístico real nem tampouco quanto às limitações conceituais (FREITAS; SOUSA, 2014; FERRAREZI JR., 2014; CASTILHO, 2015).

Esse ponto de vista didático-pedagógico tem sido alvo de reiteradas críticas, por contribuir para a centralização do ensino da gramática numa visão estática da língua, como afirmam Basso e Oliveira (2015). No âmbito do ensino, isso revela uma prática em que os alunos tomam, como modelo para descrição, um sistema estático sem espaço para refletir tais regras.

Em termos gerais, as descrições gramaticais estão fundamentadas nas regras prescritivo-normativas, instituídas pelo pioneirismo grego (VIEIRA, 2018). Essas marcas da literatura gramatical clássica são encontradas tanto nas gramáticas escolares quanto nos materiais didáticos, referenciais para ensino de gramática, desde os anos iniciais. No entanto, correlacionadas

algumas definições aos usos linguísticos do português brasileiro (PB) e a outros aspectos de análise, é notória que a correspondência feita pode apresentar falhas; tais definições como única verdade pode incorrer em muitos enganos, como de fato ocorre (FERRAREZI JR., 2014). Nesse sentido, surge a necessidade de pensar numa descrição gramatical que reflita “a norma culta brasileira real” (FARACO, 2015, P. 69). Assim, e na tentativa de superar esses problemas, a gramática passou a ser compreendida à luz da Gramática Funcional (GF).

Teoricamente, é preciso observar que o funcionalismo linguístico é uma corrente teórica originária de uma base estrutural da linguagem em que os estudiosos modernos, sob um novo olhar sobre a língua/linguagem, propuseram-se a analisar e descrever o funcionamento deste sistema (NEVES, 1994). Nesse sentido, pesquisas apontam para a complementaridade entre as correntes teóricas, formalismo e funcionalismo (VIEIRA, 2018; CASADO, 2019). Esta pesquisa está ancorada na coexistência de ambos os postulados.

À vista disso, delimitamos três importantes considerações que respaldam a tese que pretendemos apresentar, a saber: i) a natureza descritiva da Gramática Tradicional (GT) apresenta conceitos referenciais para definição da categoria verbo; ii) os conceitos instituídos pela tradição gramatical requerem uma revisão que configure, de modo funcional, as descrições feitas; e iii) que a abordagem funcional tem uma visão holística da gramática.

Nesse sentido, tendo como pressuposto a necessidade de ressignificar a descrição conceitual feita, como apontam Basso e Oliveira (2015), o objetivo da presente investigação consiste em apresentar os conceitos atribuídos a categoria gramatical verbo nos compêndios gramaticais, confrontando essas definições à abordagem da GF e ao contexto de ensino.

Para tal reflexão, revisamos os conceitos da categoria gramatical verbo, evidenciados nas gramáticas: a Nova gramática do português contemporâneo (CUNHA; CINTRA, 2017); a Novíssima gramática da língua portuguesa

(CEGALLA, 2010); a Moderna gramática portuguesa (BECHARA, 2009), para mostrarmos como é feita a descrição categorial nesses documentos, verificando os aspectos utilizados para definição. Além disso, confrontamos esses conceitos à proposta de estudo gramatical funcional, verificando em que medida eles distanciam-se dessa perspectiva e, por fim, analisamos como os professores lidam com essas questões no âmbito da pedagogização¹.

A presente investigação justifica-se pela necessidade de reconhecer que a descrição do verbo apresenta falhas, e conseqüentemente, há a necessidade de revisá-la. Na sequência, como multiplicadores do conhecimento, destacamos a importância de despertar a prática de reflexão acerca do que é ensinado sobre gramática nas aulas de Língua Portuguesa, tendo em vista que o seu objetivo é desenvolver a competência linguística dos falantes (TRAVAGLIA, 2009). Daí a relevância teórico-didático-pedagógica da pesquisa realizada.

Em síntese, a presente investigação fundamenta-se na análise acerca dos conceitos atribuídos ao verbo a partir de três gramáticas, bem como de um levantamento acerca dos dilemas vivenciados pelos professores, visando ampliar seu quadro conceitual, visto que certas descrições apresentam limitações quando analisadas na perspectiva do PB. Para finalizar, pesquisas que estabelecem a relação entre os saberes instituídos e ensinados propiciam reflexões envolvendo teoria-prática, contribuindo, assim, à autoavaliação docente, sobretudo, no Ensino Fundamental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

¹ Lira (2008) apresenta a pedagogização como a materialização das práticas realizadas no contexto escolar, uma espécie de retextualização dos saberes para o contexto educacional, atravessada pelas relações de poder e suas formas de interação.

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi de investigar, na literatura gramatical selecionada, como é feita a descrição do verbo, com o intuito de correlacionar tais definições à teoria linguística funcionalista em interface à sua pedagogização; consideramos que a presente proposta de pesquisa está inscrita numa abordagem qualitativa. De acordo com Sampiere, Collado e Lucio (2013, p. 37), uma pesquisa de natureza qualitativa está fundamentada na compreensão e interpretação dos dados, e esclarecem que esse método de pesquisa “proporciona profundidade dos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização [...] Também traz um ponto de vista novo, natural e holístico dos fenômenos, assim como flexibilidade”.

No tocante à natureza da investigação, ela se adéqua à perspectiva bibliográfica (MOREIRA; CALEFFE, 2008). Ponderamos também que a pesquisa é definida como exploratória (MOREIRA; CALEFFE, 2008), pois para apresentarmos o contexto de sistematização do verbo em gramáticas e no contexto de ensino, mostra-se necessário explorar as motivações descritivo-funcionais empregadas por gramáticos e princípios teóricos que norteiam os agentes responsáveis pela didatização do saber a ser ensinado, visando, assim, ampliar o quadro conceitual da categoria em estudo. De acordo com Moreira e Caleffe (*apud* GIL, 2010, p. 27), a pesquisa exploratória “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”.

Os dados serão recortados de dois *corpora*, um bibliográfico, três gramáticas, a *Nova gramática do português contemporâneo* (CUNHA; CINTRA, 2017); a *Novíssima Gramática da Língua portuguesa* (CEGALLA, 2010); a *Moderna Gramática portuguesa* (BECHARA, 2009), e outro de campo que corresponde à realização de questionário com um grupo de professores de uma escola pública municipal da Paraíba.

O tratamento dos dados foi organizado da seguinte forma: primeiro, fizemos uma descrição conceitual da categoria verbo, conforme apresentada

na literatura gramatical selecionada, em que destacamos os critérios utilizados pelos gramáticos para definição conceitual da classe, ao tempo que tecemos comentários acerca das aproximações e distanciamentos da perspectiva de abordagem da gramática funcional. Na sequência, elaboramos um questionário realizado por meio da plataforma Google Forms, no período entre setembro e outubro de 2022, com 13 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal.

Moreira e Caleffe (2008, p. 96) elencam as vantagens da aplicação do questionário, a saber: uso eficiente do tempo; anonimato para o respondente; possibilidade de uma alta taxa de retorno e perguntas padronizadas. O questionário foi fundamentado em indagações que circundam problemas de ordem descritiva, envolvendo a conceituação do verbo. Foram constituídas sete perguntas, entre abertas e fechadas, de modo que as respostas pudessem desaguar em reflexões que refletissem o modelo didático que apresentasse a realidade de enfrentamento das questões teóricas aqui investigadas.

Por fim, analisamos os dados coletados evidenciando como os professores lidam com essas questões normativas no âmbito do ensino, envolvendo o conceito de verbo para conhecer como acontece a relação saber científico e saber ensinado, elucidando se essas questões fazem parte do processo de ensino dos participantes, verificando se esses problemas normativos são percebidos em suas práticas de ensino e como é feito o tratamento gramatical dessas questões, bem como evidenciando a finalidade das aulas de verbo, tendo em vista a educação linguística dos alunos do Ensino Fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conceituação de verbo na literatura gramatical: aproximações e distanciamentos à luz da GF

Na produção linguística humana, o verbo, como um recurso linguístico, exerce função essencial à organização textual discursiva. À vista disso, pensando no contexto histórico-gramatical do lugar da língua de prestígio à estruturação, na orientação dos compêndios gramaticais e na intenção de preservar uma norma culta ideal, emerge a necessidade de refletirmos a respeito de algumas questões normativas envolvendo o verbo e ponderando os pressupostos da Gramática Funcional.

Nesse contexto, uma pesquisa realizada por Neves (2010) com 170 professores, revelou que todos os pesquisados ensinam gramática e que, praticamente, não há diferença entre o ensino empreendido nos níveis fundamental e/ou médio. Além disso, mostrou que os professores que consultam os manuais de gramática deparam-se com algumas inconsistências, sobretudo no tangente às questões que envolvem a conceituação das classes de palavras (NEVES, 2010).

Dessa forma, refletindo o lugar das classes de palavras na atividade de ensino, bem como a necessidade de repensar certos conceitos instituídos à categoria verbo, na perspectiva de compreensão e construção de uma concepção que compreenda o funcionamento dos recursos linguísticos, faz-se necessário realizar uma descrição do modo como se configuram as conceituações que envolvem o verbo na literatura gramatical selecionada, destacando os critérios utilizados pelos gramáticos à definição da classe. Nessa perspectiva, Cunha e Cintra (1985) definem a categoria verbo como

[...] uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado [...] o verbo apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 263).

A noção de verbo apresentada pelos gramáticos estrutura-se num ponto de vista morfológico (uma palavra de forma variável – pessoas do discurso/singular/plural) e semântico (que exprime o que se passa – temporalidade; modo- indicativo, subjuntivo e imperativo). Além disso, em termos sintáticos, situam a categoria verbo como o predicado das orações.

Segundo Bechara, o verbo corresponde:

[...] a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical [...] geralmente as formas verbais indicam as três pessoas do discurso, para o singular e o plural [...] conjugar um verbo – É dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, um paradigma, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes. Em português temos três conjugações caracterizadas pela vogal temática: 1.^a conjugação – vogal temática a: amar, falar, tirar. 2.^a conjugação – vogal temática e: temer, vender, varrer. 3.^a conjugação – vogal temática i: partir, ferir, servir (BECHARA, 2009, p. 173-186).

Bechara (2009) preserva a noção normativa e prescritiva para conceituação do verbo mais centrada nos aspectos mórficos e sintáticos. Para o gramático, a categoria verbo é uma unidade gramatical situada em propriedades de natureza flexional e de modo, e conhecer esse paradigma situando-o nos modelos de conjugação é análogo a apropriar-se da categoria.

São inegáveis as propriedades elencadas pelos gramáticos e intrínsecas ao verbo. Contudo, a crítica reside na abordagem macroestrutural que não é tão explorada nos compêndios gramaticais, tendo em vista o importante papel representado pelo recurso linguístico verbo na construção dos textos.

Reconhecemos, a princípio, que os verbos são facilmente identificados, do ponto de vista sintático, nas definições apresentadas pelos gramáticos. Além disso, “somente os verbos se articulam com os pronomes pessoais do caso reto” (SAUTCHUK, 2010, p. 24). Contudo, cabe-nos assumir a distinção entre língua falada e escrita, seus distintos graus de formalidade e mudanças linguísticas ocorridas.

A título de exemplo, considerando que a relação de pessoalidade feita nos documentos analisados limita-se à listagem de uma relação pronominal (eu/tu/ele/ela/nós/vós/eles/elas) superada pelos usos linguísticos, tendo em vista a mudança referencial do tu (2ª pessoa, singular) por você e o a gente em substituição do nós (1ª pessoa, plural) no português brasileiro (OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, e pelo fato de o verbo ser a classe de palavras mais multifacetada da língua portuguesa, Bagno (2011) argumenta a favor de uma descrição dos verbos que contemplem suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Pesquisas apontam que as definições, atribuídas às classes de palavras, conduzem o trabalho desenvolvido em sala de aula no trato com as categorias gramaticais (NEVES, 2010). À vista disso, é substancial aludir às definições de verbo contidas nos instrumentos de gramatização² (habitualmente, o material de referência que orienta o processo de didatização gramatical em sala de aula), segundo os quais, o verbo é uma palavra que exprime ação, estado ou fenômeno (CEGALLA, 2008).

Embora retomemos a ideia de que tais conceitos apresentam limitações, em relação aos usos da língua, podemos afirmar que a categoria linguística verbo é uma classe de grande abrangência e funcionalidade na organização textual-discursiva da língua portuguesa por sua riqueza morfológica. Nesse sentido, delimitar passagens e pontos de chegada à conceituação sem reconhecer as propriedades gramaticais, discursivas e semânticas seria desconsiderar a dinamicidade da língua, pois como bem afirmam Castilho e Elias (2012, p. 129), “O estudo dessas propriedades explicará como criamos e como usamos os verbos, distinguindo-os das demais classes de palavras de nossa língua”.

² Do ponto de vista de Sylvain Auroux “gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

É preciso reconhecer que uma definição de verbo que identifica apenas um aspecto, seja ele qual for, perde a amplitude da categoria de vista e constitui definições truncadas, pois existem situações em que palavras podem encerrar a ideia de ação e não exercerem essa função sintática, assim como outros casos (MACAMBIRA, 1999; FREITAS; SOUSA, 2014); mesmo que um constituinte lexical possa se esvaziar da função sintática, tal elemento pode ganhar em termos de funcionalidades pragmáticas.

Macambira (1999), discorrendo sobre os aspectos de conceituação do verbo e de controvérsias na definição do referente a **ação**, afirma que

É impossível negar que inundação e tiroteio expressem ação; que chuva e trovão não sejam fenômenos; que sono e morte não se admitam como estado; impossível, porém afirmar que são verbos. O que vale, portanto, é a perspectiva do tempo, e o mais que se acrescente há de, por certo, atrapalhar. (MACAMBIRA, 1999, p. 40-41).

Estudo realizado por Vieira (2018) e apresentado em “Gramática Tradicional: história crítica” revela que a base à construção das gramáticas brasileiras é oriunda da tradição greco-romana. O autor, referindo-se exclusivamente ao processo de gramatização brasileira, afirma que o século XXI foi o marco de deslocamento das gramáticas brasileiras (elaboradas por linguistas) em direção a uma norma que remete ao português brasileiro real, i.e., da norma falada e escrita pelos brasileiros. Esse não é o caso dos conceitos apresentados anteriormente, pois além de se distanciarem dessa perspectiva, apresentam conceitos que requerem uma revisão que configure o verbo em relação a outros recursos expressivos e intenções do ato comunicativo.

Por fim, a abordagem gramatical na perspectiva de funcionalidade surge como uma possibilidade de minimizar esse descompasso teórico-metodológico, ampliando a unidade de análise e funcionamento dos recursos linguísticos que passa a ser o texto (um campo de estudo que permite compreender as

palavras em relação a outras, seus sentidos e a forma). Freitas e Sousa (2014) advogam que os gêneros textuais são instrumentos para análise e compreensão da estrutura, além disso, que o ensino de gramática deve ser estruturado a partir dos usos linguísticos em direção à sistematização das regularidades.

O conceito de verbo e questões normativas: configurando o modelo didático de professores do EF

Retomando a pesquisa realizada por Neves (2010), que configura o modelo didático assumido por seis grupos de professores, cabe destacar que as aulas de gramática caracterizam-se por finalidades voltadas ao conhecimento da estrutura, da norma, sem que seja estabelecida a aplicabilidade com os usos. Em linhas gerais, os resultados revelam que praticamente 70% das atividades mais recorrentes referem-se ao reconhecimento e classificação das classes de palavras. E, a propósito, verificou-se, nos cadernos dos alunos, a predominância de exercícios para identificação e classificação dos termos das orações e períodos. No tangente à questão da conceituação, a pesquisa mostrou que 50% dos pesquisados acreditam que se faz necessário ensinar as definições, enquanto 30% defendem que não é necessário ensiná-las, já 20% acreditam que as definições devem ser construídas pelos alunos (NEVES, 2010).

Diante do cenário apresentado, especificamente no diz respeito à conceituação, mostra-se necessário destacar apontamentos relacionados a pressupostos da perspectiva de funcionalidade, com a ideia disseminada, em alguns participantes, que revelam a necessidade de uma construção conceitual pelos próprios alunos; isso deságua na elaboração consciente de um conceito que permite compreender os papéis mórficos, sintáticos, semânticos e

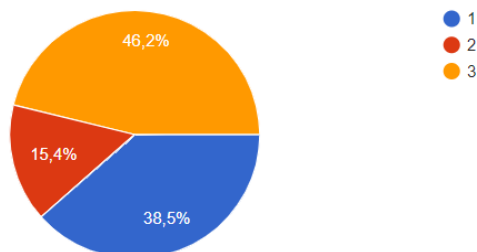
pragmáticos exercidos pelos recursos. Compartilhamos dessa ideia para discorrer sobre a dimensão da categoria verbo à sua definição.

E, para compreender como os professores de uma escola pública e municipal, lidam com essas questões normativas no âmbito do ensino envolvendo o conceito de verbo, apresentaremos os resultados de questionário realizado com os 13 participantes. Foram elaboradas sete situações reflexivas que possibilitaram, aos professores, revisitar suas bases didáticas de tratamento da categoria em estudo de forma bem didática, permitindo-nos extrair, desse contexto, o âmago teórico-didático-pedagógico do paradigma que orienta o modelo didático em dada realidade, bem como das questões normativas envolvendo a definição do verbo, os conceitos em compêndios gramaticais e o verbo como objeto a ser ensinado.

Neves (2010), como apresentado, já realizou pesquisas acerca de como ocorre o tratamento didático da gramática em sala de aula e não acrescentaria em nada repetirmos questões sobre a gramática de modo geral. Desse modo, nossa investigação, que tem como objeto a ser investigado as inconsistências normativas envolvendo a definição do verbo, pautou-se em apresentar algumas situações em que os participantes poderiam escolher, dentre as opções apresentadas, a que mais condiz com sua metodologia ou acrescentar algo, caso desejassem. Todas as situações foram respondidas por todos os professores pesquisados e para essa mostra recortamos as que melhor configuram a relação saber científico/saber ensinado.

A primeira situação consistiu em apresentar o conceito de verbo contido em uma gramática (CEGALLA, 2008), elucidando a existência de inconsistência no tangente à definição da categoria verbo e usos linguísticos. Em seguida, tendo como pressuposto a assertiva apresentada, sugerimos, aos pesquisados, assinalarem o conceito, na opinião de cada um, que melhor caracteriza o verbo. Vejamos o primeiro cenário:

Quadro 1 – caracterizando o conceito de verbo



Fonte: Os autores, 2022

Esta situação, apresentada, revela um cenário bem dividido entre o conceito de verbo apresentado por Cunha e Cintra (1985), para quem o verbo:

1) [...] é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração, exerce a função obrigatória de predicado [...] o verbo apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 263).

E, o conceito apresentado por Bechara (2009) de que o verbo é:

3) [...] a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical [...] geralmente as formas verbais indicam as três pessoas do discurso, para o singular e o plural [...] em português, temos três conjugações i) a conjugação – vogal temática a: amar, falar, tirar. ii) a conjugação – vogal temática e: temer, vender, varrer. iii) a conjugação – vogal temática i: partir, ferir, servir (BECHARA, 2009, p. 173-186).

Cerca de 20% dos participantes compartilham da amplitude conceitual apresentada na opção 2, a saber: 2) Bagno (2011) advoga que seria mais apropriado definir os verbos tanto em suas propriedades sintáticas, semânticas quanto pragmáticas.

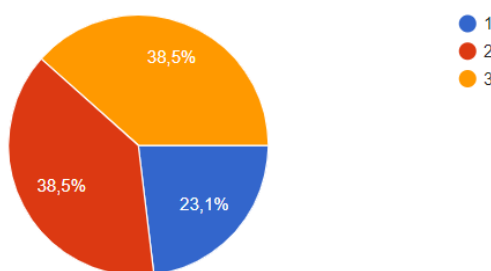
Analisando os dados, efetuando uma comparação à proposta pelas novas perspectivas de abordagem da gramática e, mais especificamente, à constatação das limitações que permeiam as definições atribuídas ao verbo

nos manuais de gramática (FERRAREZI, 2014; BASSO; OLIVEIRA, 2014; CASTILHO; 2015), entendemos que, para haver uma descrição coerente às funções exercidas pela categoria, faz-se necessário reconhecer as dimensões gramaticais, semânticas e discursivas; uma perspectiva compartilhada por um mínimo percentual que denota o quanto precisamos avançar em termos didáticos e no que concerne à finalidade do ensino da estrutura linguística.

À vista disso, Castilho e Elias (2012, p. 129) reiteram que “o estudo dessas propriedades explicará como criamos e como usamos os verbos, distinguindo-os das demais classes de palavras de nossa língua”. Além disso, apontamos a necessidade de uma formação linguística que vise ao reconhecimento desses aspectos e suas implicações para o ensino, bem como a premência de uma abordagem que possa ampliar a habilidade comunicativa e a competência linguística dos alunos desde os anos iniciais do EF, de fato.

Outra situação solicitava que os docentes selecionassem a alternativa que melhor caracterizava seu contexto de ensino e obtivemos as informações contidas no quadro 2:

Quadro 2 – caracterizando o contexto de ensino



Fonte: Os autores, 2022

As alternativas apresentadas foram as que seguem, recordando que os professores dispunham de espaço para acrescentar seu próprio texto, mas não ocorreu nenhum acréscimo:

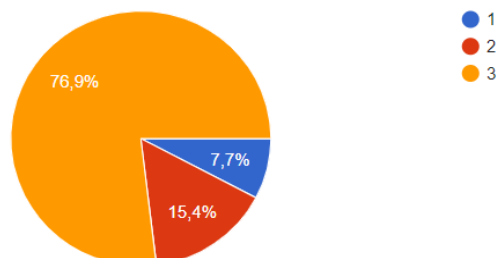
- 1) para ensinar verbo, na minha turma, tomo os conceitos apresentados nas gramáticas e nos livros didáticos, mas ainda não tinha percebido que essas questões ocorriam;
- 2) para ensinar verbo, na minha turma, tomo os conceitos apresentados nas gramáticas e nos livros didáticos, mas já tinha percebido que esses problemas ocorriam;
- 3) para ensinar verbo, na minha turma, utilizo um método para reconhecimento das funções do recurso antes de sistematizar.

O gráfico anterior confirma um posicionamento teórico-metodológico evidenciado na questão 1 sobre o conceito de verbo, numa perspectiva mais morfossintática da categoria, em que os aspectos semânticos e discursivos não são apontados, pois 77% dos docentes caracterizam sua abordagem de sistematização baseada exclusivamente no conteúdo dos manuais gramaticais e didáticos, reconhecendo ou não a presença de inconsistências na descrição feita. Também notamos que ainda é restrita a prática de análise linguística antecedente à sistematização, mesmo sendo uma proposta introduzida por um documento parametrizador do ensino (PCN, 1997) há mais de duas décadas.

Neves (2010, p.10) assevera que “Ninguém pode, hoje, falar de ciência aplicada sem condicionar todos os processos ao *para quê*”. Assim, noutro cenário, sugerimos que os participantes analisassem as três proposições numeradas e selecionassem a que melhor configura o propósito das aulas de verbo ministradas por eles (se for o caso, acrescentando seu próprio texto, mas não houve), a saber:

- 1) desenvolver a leitura e a escrita correta dos alunos;
- 2) desenvolver a compreensão de que o recurso pode ser utilizado nas produções discursivas (orais/escritas) dos alunos;
- 3) desenvolver a capacidade de conjugar os verbos corretamente, completar as atividades fazendo emprego correto do verbo e/ou identificar o verbo numa frase, seu modo, tempo, pessoas, etc.

Quadro 3 – contribuições das aulas de verbo ministradas pelos participantes



Fonte: Os autores, 2022

Pelos cenários anteriores, é massiva (76,9%) a compreensão de que as aulas para ensino de verbo voltam-se à análise morfossintática. Perdura, entre as concepções, a ideia da lição dos velhos gramáticos de que estudar gramática é sinônimo de aprender a forma correta e boa (7,7%) de um padrão linguístico idealizado (FRANCHI, 2006). Assim, somados os dois resultados, mantém-se a prática, mesmo com objetivos distintos, de um ensino descontextualizado que guarda as formas operacionais consagradas e alheias à aplicação dos recursos (NEVES, 2010). Entre os docentes, 15,4% se inscrevem-se numa abordagem que parte da compreensão acerca dos papéis assumidos pelos recursos e culmina com a sistematização.

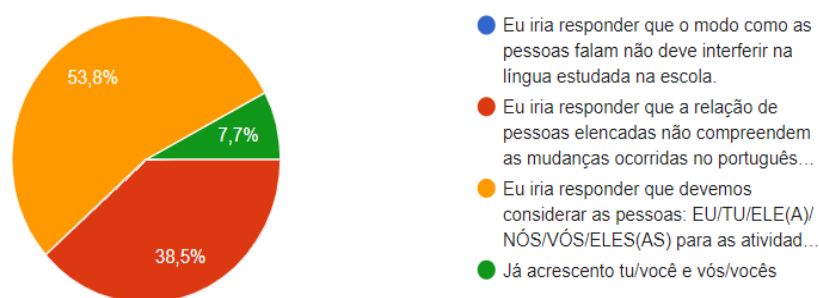
Na sequência, questionamos os docentes sobre terem se deparado, em alguma situação de ensino de verbo, com alguma inconsistência entre o conceito de verbo e a função da categoria. Entre eles, 7,7% afirmaram que sim, enquanto os demais asseguraram que *nunca* se depararam com questões dessa natureza.

Frente a tal questionamento, visando criar uma situação, apresentamos um cenário em que os participantes, hipoteticamente, seriam questionados, por um aluno, sobre a inconsistência entre as pessoas do discurso, estudadas na escola e a relação de personalidade feita nas interações sociais. Vejamos a situação literal:

- ✓ Professor (a), a relação de pessoas apresentadas para conjugação do verbo compreende: EU/TU/ELE(A)/NÓS/VÓS/ELES(AS), mas nós usamos constantemente o termo VOCÊ para se referir ao TU, 2ª pessoa. Por quê?

O objetivo seria de o professor selecionar, dentre as opções apresentadas acima, a que melhor revelaria seu procedimento em dada situação ou mesmo acrescentar outra postura. Possenti (1996) destaca o prestígio da norma e do preconceito em torno das variações.

Quadro 4 – procedimento didático x contradição normativa



Fonte: Os autores, 2022

Mais uma situação aponta uma seminal perspectiva que compreende os usos do português brasileiro, pois se entende que um dos participantes inclui, nas situações de ensino organizadas por ele, as mudanças ocorridas na relação pronominal usual praticada pelos falantes. Oliveira (2021) trata dessas questões e Faraco (2015) defende que, para o ensino de língua ser significativo, mostra-se necessário considerar a língua real. No entanto, ainda constatamos que 53,8% dos participantes preservam, na atividade de ensino, a relação pronominal apresentada nos compêndios gramaticais, embora sinalizem um movimento de reconhecimento das variedades, pois a primeira opção que cuida da preservação do ideário de língua pura não foi selecionada, como pode ser visto no gráfico em correspondência à legenda.

Dentre as situações apresentadas, esta foi a que melhor indicou uma seminal conversão na abordagem e compreensão dos fenômenos linguísticos a favor do desenvolvimento da habilidade linguística. O pontinho verde, na legenda, corresponde a um acréscimo feito por participante.

Além disso, complementando o apresentado na situação anterior, os professores foram questionados se, na opinião deles, os conceitos apresentados nas gramáticas e livros didáticos são os corretos e o professor deve reproduzi-los na sala de aula sem contestação. Diante disso, 61,5% é desfavorável à assertiva apresentada enquanto os demais mostram-se apegados ao que apresenta os instrumentos de sistematização da língua.

Para finalizar, sumarizamos, em um enunciado, a proposta dos estudos linguísticos, visando ao desenvolvimento da competência linguística em contraposição às práticas habituais que norteiam as aulas de gramática (NEVES, 2010). Segue indagação literal:

- ✓ Os estudos linguísticos recentes argumentam a favor de uma abordagem linguística contextualizada e que consiga inter-relacionar o que é ensinado às práticas usuais da língua, entretanto, quando o assunto é ensino de gramática, o mais correto é manter os conceitos, as pessoas definidas pelas gramáticas e os exercícios que servem para identificar os verbos nas frases, as conjugações nos tempos pedidos, etc.?

Frente a tal indagação, 84,6% dos professores mostraram-se favoráveis a tal abordagem, enquanto 15,4% posicionaram-se contrários à prática de um estudo linguístico-gramatical apenas nas perspectivas mórfica e sintática. Depreende-se que as definições apresentadas, nos manuais de gramática, são iminentes à didatização do ensino do verbo nos anos iniciais do EF e que, mesmo reconhecendo inconsistências nas definições, não se sabe como fazer para que as variações sejam uma realidade a ser vivida junto aos alunos, como mudar uma postura metodológica consolidada. Inferimos que

ainda se mostra insuficiente, em linhas gerais, a base teórico-pedagógica que sustenta tais práticas quando o tratamento dos recursos vincula-se à linguagem em ação.

Estas análises não pretendem reacender a ideia de certo/errado como prática de ensino/didatização da estrutura. Pelo contrário, pretende mostrar os avanços em que se inscrevem o ensino de língua portuguesa hoje num determinado contexto – professores que afirmam tomar uma postura mais crítica frente a uma tradição milenar – o ensino de gramática. Isso, sem dúvida, revela uma seminal mudança no palco da abordagem do ensino de língua/gramática nos anos iniciais de EF e a ampliação da compreensão, por parte dos docentes, do papel do ensino para o desenvolvimento das habilidades linguístico-gramaticais desde os anos iniciais da vida escolar.

Por fim, consideramos que, mesmo em exígua proporção, a compreensão de que o ensino de língua/gramática/verbo caminha de mãos dadas com a competência linguística dos alunos vem sendo gradativamente ampliada. Contudo, acreditamos que se faz necessário investir na formação linguística dos professores de língua portuguesa dos anos iniciais do EF, visando, cada vez mais, instaurar uma didática linguística reflexiva por meio da conscientização das limitações de um ensino pautado numa língua irreal, mas principalmente, que ofereça condições de trazer respostas ao por que mudar e, como mudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise, aqui empreendida, permite-nos assegurar que os conceitos atribuídos à categoria linguístico-gramatical do verbo são passíveis de revisão, tendo em vista a comparação feita entre as definições instituídas nos compêndios gramaticais e os usos linguísticos.

O que se infere é que a compreensão e a conceituação atribuída ao verbo nas gramáticas estão intimamente ligadas à priorização da norma e a um ideário de língua. Logo, o conceito de verbo, presente nos instrumentos de sistematização que orientam a atividade de ensino, distancia-se dos usos linguísticos. Contudo, o compêndio gramatical deve ser um recurso didático utilizado pelo professor por conter em si subsídios teóricos que auxiliam no processo de sistematização do verbo. Não, como algo a ser transposto *ipsis litteris*, mas como um referencial teórico à sistematização da estrutura ensinada.

Pois, mesmo havendo consenso entre linguistas e alguns gramáticos quanto à relevância de se considerar os aspectos mórficos, sintáticos e semânticos à conceituação e classificação do léxico, na atividade de ensino o que predomina são definições de caráter mórfico e sintático, isoladamente. Contudo, refletir os aspectos semânticos e pragmáticos é de grande destaque, tendo em vista que as palavras podem exercer outro sentido, pois como sabemos, os recursos linguísticos que empregamos estão sempre relacionados a outros, formando um todo linguístico-discursivo dotado de sentido.

Embora reconheçamos que os avanços, advindos da perspectiva do funcionalismo linguístico e da prática de Análise Linguística, introduzida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1990) e reiterada na Base Nacional Comum Curricular (2017), o ensino de língua/gramática/verbo no contexto apresentado revela um cenário de apego aos conceitos, à relação pronominal, aos exercícios de reconhecimento da categoria, conjugação dos verbos, dentre outros aspectos bem pontuados por Neves (2010); sinalizam um seminal avanço no tangente ao reconhecimento das mudanças linguísticas e que tais mudanças, situadas temporalmente, deverão ocupar seu espaço de objeto de análise e reflexão nas aulas, uma abordagem da gramática funcional bem situada por Neves (1994).

Em geral, houve avanços referentes ao reconhecimento de que o português do Brasil é uma língua em constante mudança, devido às forças histórico-sócio-políticas; além disso, acreditamos que a prática adotada pelos professores, verdadeiramente, pode indicar novos rumos em direção a uma formação linguística escolar reflexiva. Verificamos que, no contexto investigado, há a presença de uma formação continuada voltada para a educação linguística, numa perspectiva de alargamento da competência linguística dos alunos, principalmente em se tratando dos anos iniciais do Ensino Fundamental. É preciso reconhecer a escola pública como, muitas vezes, a única fonte de acesso à formação intelectual de seus alunos e, por isso, o ensino precisa contemplar a cultura linguística em seus diferentes graus de formalidade.

Em síntese, compreendemos que as definições atribuídas ao verbo nas gramáticas normativas contêm, em si, percepções teóricas e político-ideológicas que preservam as bases de sistematização das línguas com normas corretas e boas e, dessa forma, não acomodam a diversidade linguística que é dinâmica e heterogênea. Por fim, acreditamos que os estudos na área de linguística e ensino trazem novos ares e novas possibilidades de abordagem didática a partir do saber próprio do falante, ou seja, a possibilidade de uma abordagem que integre forma e função e que, efetivamente, possa contribuir para o desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa do aluno/falante.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi. São Paulo. Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BASSO, R. M. OLIVEIRA, R. P. de. Descrição gramatical e "margens" da língua: convite à pesquisa e ao ensino. *In*: VALENTE, C. A. **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. cap. 19, p. 222-233.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> . Acessado em: 08 de outubro de 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASADO, S. F. de P. **Perspectivas paradigmáticas e contribuições metodológicas no ensino de verbo nos anos iniciais do nível fundamental**. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

CASTILHO, Ataliba T. de. ELIAS, Vanda Maria. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. Representações gramaticais no português brasileiro: o problema da concordância. *In*: VALENTE, C. A. **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. cap. 4, p. 39-58.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. Desde quando somos normativos? *In*: VALENTE, C. A. **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. cap. 5, p. 59-70.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **O estudo dos verbos na educação básica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. *In*: NEGRÃO, E.V.; MÜLLER, A. L. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, cap.2, p. 34-101.

FREITAS, V. A de L. SOUSA, M. A. F. de. Verbos impessoais: variação no uso de haver, ter e fazer. *In*: Bortoni-Ricardo. S.M. [et al.]. **Por que a escola não ensina gramática assim?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. cap. 6, p. 161-180.

LIRA, A.C.M. Pedagogização na infância: refletindo sobre poder e regulação. Inter-Ação: **Rev. Fac. Educ. UFG**, 33 (2): 317-341, jul./dez. 2008.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico**. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Classificação da pesquisa**. Metodologia da pesquisa para professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NEVES, Maria Helena da Moura. Uma visão geral da gramática funcional. **Alfa**, São Paulo, v. 38, p.109-127, 1994.

NEVES. M. H. de Moura. **Gramática na Escola**. 8. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Funcionalismo, cognição e ensino de Língua Portuguesa. *In*: MATOS, D. P. de. **Sintaxe na linguística funcional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. cap. 1, p. 16-36.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional**: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2018.

VOTRE, S. J.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *In*: VOTRE, S. J. (org.). **A construção da gramática**. Niterói: EDUF, 2012, p. 17-28.